



***ENTRE A HOMOFOBIA E O MACHISMO: O PAPEL DOS MENINOS NO
ENFRENTAMENTO AO BULLYING ESCOLAR***

***ENTRE LA HOMOFOBIA Y EL MACHISMO: EL PAPEL DE LOS NIÑOS EN EL
ENFRENTAMIENTO AL ACOSO ESCOLAR***

***BETWEEN HOMOPHOBIA AND MACHISMO: THE ROLE OF BOYS IN
ADDRESSING SCHOOL BULLYING***

Mailson Moreira dos Santos Gama¹

RESUMO

O artigo discute o bullying homofóbico nas escolas brasileiras, analisando como construções de masculinidade hegemônica, atravessadas por machismo e heteronormatividade, influenciam práticas discriminatórias. O objetivo é compreender o papel dos meninos no enfrentamento a essas violências e propor estratégias pedagógicas para ambientes mais inclusivos. A pesquisa, de caráter qualitativo, bibliográfico e documental, examina referenciais teóricos, políticas educacionais e documentos como a BNCC. Os achados revelam lacunas na implementação de políticas públicas, limitadas por pressões conservadoras, mas destacam a relevância dos meninos aliados na defesa de colegas, no apoio emocional e em ações coletivas. Conclui-se que o enfrentamento ao bullying homofóbico exige engajamento coletivo de alunos, professores e gestores, sendo a valorização de meninos aliados uma estratégia central para reduzir episódios de violência, fortalecer vínculos de solidariedade e consolidar uma educação democrática e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying homofóbico. Masculinidade. Diversidade.

RESUMEN

El artículo analiza el acoso escolar homofóbico en las escuelas brasileñas, examinando cómo las construcciones de la masculinidad hegemónica, atravesadas por el machismo y la heteronormatividad, influyen en prácticas discriminatorias. El objetivo es comprender el papel de los niños en el enfrentamiento de estas violencias y proponer estrategias pedagógicas para entornos más inclusivos. La investigación, de carácter cualitativo, bibliográfico y documental, examina marcos teóricos, políticas educativas y documentos como la BNCC. Los hallazgos revelan vacíos en la implementación de políticas públicas,

¹ Doutorando em História. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

limitadas por pressões conservadoras, pero destacan la relevancia de los niños aliados en la defensa de sus compañeros, en el apoyo emocional y en acciones colectivas. Se concluye que el enfrentamiento del acoso escolar homofóbico requiere la participación colectiva de estudiantes, docentes y gestores, siendo la valorización de los niños aliados una estrategia central para reducir los episodios de violencia, fortalecer los vínculos de solidaridad y consolidar una educación democrática e inclusiva.

PALABRAS-CLAVE: Acoso escolar homofóbico. Masculinidad. Diversidad.

ABSTRACT

This article discusses homophobic bullying in Brazilian schools, analyzing how constructions of hegemonic masculinity, influenced by machismo and heteronormativity, shape discriminatory practices. The objective is to understand the role of boys in confronting these forms of violence and to propose pedagogical strategies for more inclusive environments. The research, qualitative in nature, based on bibliographic and documentary analysis, examines theoretical frameworks, educational policies, and documents such as the BNCC. The findings reveal gaps in the implementation of public policies, constrained by conservative pressures, but highlight the relevance of allied boys in defending peers, providing emotional support, and engaging in collective actions. It is concluded that addressing homophobic bullying requires the collective engagement of students, teachers, and administrators, with the valorization of allied boys as a central strategy to reduce incidents of violence, strengthen bonds of solidarity, and promote a democratic and inclusive education.

KEYWORDS: Homophobic bullying. Masculinity. Diversity.

* * *

*Minha mãe me disse quando eu era jovem
Que todos nós nascemos estrelas
Ela arrumou meu cabelo e passou meu batom
No espelho da penteadeira
'Não há nada de errado em amar quem você é',
Ela disse, 'porque Deus te fez perfeita, querida'
'Então mantenha a cabeça erguida, garota, e você irá longe
Escute o que eu digo'
Sou bela do meu jeito
Porque Deus não comete erros
Estou no caminho certo, querida
Eu nasci assim.*

Lady Gaga, Born this way (tradução nossa)²

² A epígrafe que abre este artigo, retirada da canção *Born This Way*, de Lady Gaga, remete à ideia de que identidades de gênero e sexualidade seriam algo “com o qual se nasce”. Embora essa perspectiva pareça contraditória frente à abordagem aqui adotada, que entende a masculinidade como uma construção social, histórica e relacional, sua escolha possui caráter político. Lady Gaga, como artista e ativista, tem se destacado na ampliação da visibilidade em torno de questões de gênero e sexualidade, contribuindo para a legitimação de identidades dissidentes em contextos marcados pela homofobia. Assim, a epígrafe é mobilizada não como afirmação ontológica sobre as identidades, mas como símbolo de uma luta política e cultural por reconhecimento e dignidade.

Introdução

O bullying sobre cunho homofóbico nas escolas brasileiras é, frequentemente, alimentado por padrões de masculinidade hegemônica que associam virilidade à negação da diversidade sexual e de gênero (Jackeline Souza, 2013). Tais padrões, enraizados no machismo e na heteronormatividade, reforçam estereótipos e legitimam a exclusão de quem não se enquadra no “modelo” masculino dominante. Meninos, nesse contexto, podem desempenhar papéis ambíguos: ora como agressores, reproduzindo comportamentos discriminatórios, ora como aliados, desafiando as normas que sustentam a violência.

Este estudo tem como objetivo analisar como as construções de masculinidade influenciam as práticas de bullying homofóbico³ no ambiente escolar e refletir sobre o papel dos meninos como agentes de enfrentamento ao machismo e à homofobia, propondo estratégias pedagógicas que favoreçam a construção de masculinidades mais plurais e inclusivas, e consequentemente, contribuindo, assim, para o combate às práticas homofóbicas no espaço escolar.

Outrossim, este artigo é fruto das minhas experiências, primeiro como aluno e, posteriormente, como professor. Durante minha formação, vivenciei situações de violências de gênero no espaço escolar, o que me tornou consciente da importância de atuar de maneira crítica enquanto professor. Paulo Freire (1996) já havia apontado, a experiência do educador é fundamental para problematizar a realidade e construir práticas educativas voltadas à justiça social. Dessa maneira, a minha trajetória me orienta a reconhecer e barrar posturas discriminatórias, ao mesmo tempo que também me aproxima da realidade concreta das escolas, ampliando a compreensão sobre as múltiplas formas de violência de gênero, tanto institucionais quanto interpessoais.

Não se pode negar que a escola, além de espaço de aprendizagem, funciona também como um espaço de reprodução de estruturas sociais vigente, em que estruturas como o machismo e a homofobia podem se articular de forma mútua. Compreender e

³ Embora o conceito tradicional de “bullying homofóbico” tenha recebido críticas por seu caráter essencialista e por não abarcar todas as formas de violência homofóbica e heteronormativa, ele é utilizado neste estudo por oferecer um ponto de partida analítico claro e operacionalizável. Sua definição, centrada em agressões intencionais, repetidas e desiguais entre pares, permite identificar episódios concretos de violência interpessoal, facilitando a investigação empírica em contextos escolares. Além disso, o conceito fornece parâmetros importantes para o desenvolvimento de políticas e práticas pedagógicas voltadas à prevenção do bullying, ao mesmo tempo em que pode ser complementado por abordagens críticas que considerem a violência estrutural e institucional, garantindo uma análise mais abrangente das múltiplas formas de discriminação que afetam pessoas LGBTQIAPN+. Cf. Santos; Silva (2017).

combater a violência homofóbica torna-se, portanto, uma questão de justiça social e com processos de libertação (Gama, 2025). Neste contexto, este estudo assume um caráter explicitamente político, pois busco não apenas analisar o fenômeno estudado, mas também convoca educadores, profissionais da educação e, sobretudo, os homens, em especial aqueles que mais se beneficiam das hierarquias de gênero, a refletirem criticamente sobre seu papel no enfrentamento à homofobia.

A proposta é provocar um deslocamento nas práticas e nos discursos que sustentam o machismo e a heteronormatividade, incentivando o engajamento ativo na construção de práticas escolares que enfrentem os preconceitos, buscando tornar o ambiente escolar progressivamente mais democrático e plural. Do mesmo modo que, para além das abordagens teóricas, a escola é um espaço legítimo para discutir sob diversas óticas temáticas relacionadas a gênero e sexualidade, podendo atuar tanto na emancipação de grupos pertencentes a minorias de gênero quanto na reprodução e no reforço de estigmas, estereótipos e opressões.

Para a realização do estudo adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, visando compreender as relações entre masculinidades, bullying homofóbico e políticas educacionais no contexto escolar brasileiro. Para tanto, foram analisados conceitos teóricos sobre masculinidade hegemônica e plurais, diversidade sexual e de gênero, bullying homofóbico e regulação normativa dos corpos e sexualidades. Além disso, foram examinados documentos oficiais e políticas educacionais e produções acadêmicas e estudos nacionais que discutem o enfrentamento conservador, a implementação das políticas públicas e a atuação de meninos aliados no combate ao bullying homofóbico.

O artigo está estruturado em quatro seções principais. A primeira apresenta o referencial teórico e conceitual, abordando os conceitos de masculinidade hegemônica e plural, diversidade de gênero e sexualidade, e bullying homofóbico no contexto escolar. A segunda seção analisa o contexto normativo e curricular, enfocando documentos oficiais como a BNCC, bem como programas e políticas educacionais do Ministério da Educação voltados à prevenção da violência escolar e à promoção da inclusão de estudantes LGBTQIAPN⁴. A terceira seção dedica-se à atuação de meninos aliados na

⁴ Adotamos a sigla LGBTQIAPN+ por ser uma das formas mais abrangentes e contemporâneas de representar identidades de gênero e orientações sexuais que não se enquadram na cisheteronormatividade. A escolha reflete um compromisso político e inclusivo, ao dar visibilidade a grupos historicamente marginalizados, como pessoas intersexo, assexuais, pansexuais e não-binárias. O sinal “+” amplia ainda mais esse reconhecimento, indicando abertura para outras identidades e expressões. Cf. Ferreira (2023).

prevenção do bullying homofóbico, explorando estratégias e práticas desenvolvidas no ambiente escolar. Por fim, a quarta seção apresenta a discussão e considerações finais, articulando os achados teóricos, normativos e práticos, e apontando lacunas, desafios e perspectivas para a construção de escolas mais inclusivas e seguras.

Construções de masculinidade e o impacto sobre práticas de bullying homofóbico no ambiente escolar

Para analisar como as construções de masculinidade influenciam as práticas de bullying homofóbico, é necessário primeiro contextualizarmos sobre o conceito de masculinidade hegemônica. Robert Connell e James Messerschmidt (2013) definem o conceito de masculinidade hegemônica como uma forma específica de masculinidade que exerce domínio e liderança dentro da hierarquia de gênero, sustentando a desigualdade patriarcal. Esse conceito foi originalmente formulado para explicar como certos padrões de masculinidade são socialmente valorizados e mantidos em oposição e relação com padrões de feminilidade, que foram renomeados como "feminilidade enfatizada" para reconhecer a assimetria entre os gêneros.

Dessa forma, a masculinidade hegemônica não representa um tipo fixo de homem, mas sim uma posição que os homens podem adotar estrategicamente em diferentes contextos interacionais para manter ou desafiar essa posição de poder. Conforme demonstram os autores, originalmente desenvolvido a partir de estudos australianos, o conceito também se consolidou dentro de uma teoria sociológica de gênero, tornando-se uma ferramenta essencial para analisar as relações de poder entre homens e mulheres e entre diferentes masculinidades (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 242).

Robert Kimmel (1998) nos ajuda também a entender que a construção da masculinidade hegemônica ocorre em tensão dialética com as masculinidades subalternas, produzidas simultaneamente, em um processo desigual que espelha relações sociais e econômicas divididas por gênero e poder. Assim, a masculinidade hegemônica é definida não apenas por ser um ideal de "ser homem", mas também por se posicionar contra outras formas de masculinidades consideradas "inferiores" ou desviantes, incluindo aquelas associadas à homossexualidade ou à fraqueza; ou seja, conforme a teoria de Kimmel, a homofobia torna-se uma ferramenta para reforçar a hierarquia masculina, desvalorizando e excluindo masculinidades subalternas.

Se pensarmos o contexto social, seja dentro ou fora da escola, machismo e homofobia atuam juntos para manter a ordem social que privilegia certos homens em detrimento de outros, legitimando a violência e exclusão dos que não se enquadram no ideal hegemônico. Nas sociedades onde homens, tanto coletivamente quanto individualmente, dominam as mulheres, o sexismo organiza a dominação das mulheres e a homofobia vem selar a coesão entre os dominantes (Karin Von Smigay, 2002, p. 38). Dessa maneira, a masculinidade hegemônica opera fundamentada em práticas sexistas e homofóbicas, inclusive sendo uma reprodução das dinâmicas opressoras interligadas aos núcleos sociais como família e contextos religiosos (Michele Fonseca; Samara Silva; Fabille Moreira, 2023).

Essas dinâmicas de opressão não estão restritas ao espaço privado ou às instituições tradicionais, como a família e a religião; elas também atravessam o cotidiano escolar. Nesse sentido, a escola constitui-se como um espaço de fusão de diversidades sociais, étnicas, raciais e culturais, funcionando também como um ambiente de reflexão e debate sobre a forma como essas implicações sociais e culturais são abordadas no currículo escolar, com o objetivo de fortalecer as ações humanas de afirmação do ser (Gilmar Pereira; Maria Cordeiro, 2015). Da mesma forma, o conceito de currículo oficial, entendido como a organização do conhecimento escolar, torna-se relevante para refletir sobre o papel social da escola.

O currículo escolar não se limita à transmissão de conteúdos acadêmicos, mas também exerce função normativa, influenciando a construção de valores, atitudes e comportamentos (Kathia Almeida, 2024). Nesse sentido, a forma como questões de gênero e sexualidade são tratadas pode impactar diretamente a ocorrência de bullying homofóbico, seja reforçando estigmas e preconceitos ou promovendo um ambiente de respeito e inclusão. Conforme ressalta Raimundo Júnior (2021), a diversidade sexual e de gênero deve estar presente no currículo escolar, assim como no Projeto Político-Pedagógico (PPP), possibilitando o desvelamento da violência homofóbica presente no ambiente educativo formal, a qual, infelizmente, acaba expulsando essa minoria dos bancos escolares.

O fato é que, ainda que tenhamos ampliado os debates para pensar diversidades em diversos espaços e grupos identitários, em parte, a concepção da homossexualidade como uma imoralidade “doentia” perdura o imaginário social até hoje, homens dissidentes de gênero e sexualidade ainda sofrem intensa violência dos mais variados modos, ou até mesmo as pesquisas que ainda persistem em tentar encontrar um “gene

gay” no DNA humano, ou encontrar uma causa para a não heterossexualidade, entre outras (Wesley Sasso, 2018).

Dessa maneira, essas concepções adentram o espaço escolar formado socialmente pelos seus integrantes e influenciam as interações, consequentemente recai no bullying escolar, especialmente em sua vertente homofóbica. Essas manifestações podem ocorrer de diferentes maneiras: verbais (como xingamentos e insultos), físicas (como agressões corporais), sexuais (como toques em partes do corpo alheias que causam constrangimento) ou sociais (como exclusão de grupos). Tal diversidade de formas contribui para a distinção entre bullying “direto”, caracterizado por ataques explícitos a uma vítima, e bullying “indireto”, relacionado ao isolamento social e à exclusão de indivíduos ou grupos (Raquel António *et al*, 2012).

É importante destacar que o comportamento de bullying homofóbico pode ser dirigido tanto a pessoas heterossexuais quanto a pessoas LGBTQIAPN+. Isso significa que estudantes heterossexuais também podem ser vítimas de homofobia, não devido à sua orientação sexual, mas porque são percebidos como diferentes das expectativas tradicionais associadas aos papéis binários de gênero (Paul Poteat; Dorothy Espelage, 2005). Judith Butler (2003) denominou esse fenômeno de regulação normativa dos corpos e da sexualidade, isto é, práticas que reforçam normas sociais sobre o que é considerado comportamento e identidade sexual aceitáveis, punindo aqueles que se desviam dessas expectativas.

Nessa perspectiva, torna-se relevante articular tal discussão com a noção de masculinidades plurais, isto é, reconhecendo que masculinidades plurais significa diferentes coisas para diferentes grupos de homens em diferentes momentos (Kimmel, 1998). Nesse sentido, percebe-se a escola, portanto, se apresenta e pode ser um espaço estratégico para tensionar os discursos cristalizados sobre o que significa “ser homem”, criando oportunidades para a escuta, o acolhimento e o reconhecimento de subjetividades diversas (Jorge Gueiros; Jullyane Brasilino, 2025).

Diretrizes oficiais, currículo e diversidade: limites e possibilidades

Para compreender a atuação de meninos aliados na prevenção do bullying homofóbico, é fundamental analisar o contexto normativo e curricular em que essa ação se insere. No Brasil, documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os currículos estaduais e municipais orientam a abordagem de temas

relacionados à diversidade, gênero e sexualidade, estabelecendo diretrizes para professores, gestores e estudantes. Além disso, programas e políticas educacionais promovidos pelo Ministério da Educação buscam prevenir a violência escolar e promover a inclusão de estudantes LGBTQIAPN+.

No entanto, mesmo com essas normativas, persistem lacunas significativas, muitas vezes os documentos oferecem orientações gerais, sem detalhar estratégias concretas de implementação, deixando espaço para interpretações diversas e dificultando a efetiva construção de ambientes seguros e inclusivos. Percebe-se, nesse caso, a importância de refletir sobre o papel das políticas públicas e dos currículos, que podem amparar ou limitar a atuação de meninos na luta contra homofobia no espaço escolar, evidenciando que a transformação do ambiente escolar depende não apenas da ação individual, mas também da articulação coletiva e, sobretudo, do suporte institucional.

Caio Samuel Franciscati da Silva, Ana Paula Leivar Brancaloni e Rosemary Rodrigues de Oliveira (2019) apontam que a Base Nacional Comum Curricular apresenta a sexualidade predominantemente sob uma perspectiva biológica, restrita ao campo das Ciências da Natureza, abordando principalmente temas como infecções sexualmente transmissíveis e gravidez. A diversidade de gênero, entretanto, é praticamente silenciada no documento, um problema que é agravado pela superficialidade com que os direitos humanos são tratados.

Contudo, é importante reconhecer que conforme demonstra Silva (2020), nas primeiras versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), havia menções explícitas às questões de gênero e sexualidade, reconhecendo a importância desses temas para a formação dos estudantes e para a promoção de uma educação inclusiva e respeitosa. No entanto, com o avanço do processo legislativo e diante da pressão de setores ultraconservadores, especialmente da bancada evangélica brasileira da Câmara de Deputados e de outros grupos religiosos, essas referências foram progressivamente retiradas do documento final.

Essa retirada não se deu apenas por uma decisão técnica, mas resultou de um intenso enfrentamento político que reflete um “pânico moral” em torno das discussões de gênero e sexualidade na educação. Além disso, tal supressão acabou por contribuir para a manutenção de barreiras culturais difíceis de superar, que perpetuam o preconceito e a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ e demais grupos sociais dissidentes, tornando o ambiente escolar um espaço vulnerável à reprodução de estereótipos, exclusões e discriminações. Tal cenário, como observa André Luiz Coutinho Vicente (2020), insere-

se em uma longa trajetória de disputas em torno da presença das discussões de gênero e sexualidade na escola, não constituem um fenômeno recente no Brasil.

Desde meados dos anos 2000, o avanço do conservadorismo tem tensionado as políticas educacionais, resultando em disputas sobre o que pode ou não ser ensinado no espaço escolar. Esse movimento, que se intensifica no contexto da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014 e ganhou força com a ascensão de discursos da chamada “ideologia de gênero”, culminou em ofensivas mais explícitas durante o período eleitoral de 2018 e no governo Bolsonaro (2019-2022), quando se consolidam estratégias de supressão de debates e de “histeria social” em torno das questões de gênero e sexualidade. Para facilitar a compreensão, a seguir está uma linha do tempo que sintetiza esses momentos principais.

QUADRO 1: Linha do tempo do debate sobre gênero, sexualidade e conservadorismo na educação brasileira (2004–2020)

Ano	Evento	Descrição
2004	Surgimento do movimento Escola Sem Partido	- Primeiras pressões para proibir ensino de gênero e sexualidade nas escolas, apoiado por grupos conservadores e familiares.
2012	Início dos debates sobre o Plano Nacional de Educação (PNE)	Inclusão de menções a gênero e sexualidade, gerando forte resistência conservadora.
2014	Aprovação do PNE	- Polêmicas intensas sobre gênero e sexualidade; - O termo “ideologia de gênero” começa a ser usado como argumento contra a diversidade; - Aumento de projetos de lei (PLs) para proibir tais discussões; - Pressão da bancada evangélica e grupos religiosos.
2018	Revisão do Escola Sem Partido	- Tentativa explícita de proibir termos como “gênero” e “orientação sexual” nas salas de aula; - Campanha de Jair Bolsonaro capitaliza esse discurso; - Disseminação de fake news (“kit gay”, falsa legalização da pedofilia atribuída a Fernando Haddad); - Intensificação do pânico moral contra a diversidade.
2019	Consolidação do discurso conservador	- Governo Bolsonaro fortalece a censura a debates sobre diversidade sexual e de gênero.
2020	Produções acadêmicas	- “Ideologia de gênero” é reconhecida como construção discursiva para gerar pânico moral; - Evidencia-se a resistência de educadores e movimentos LGBTQIAPN+ na defesa da educação inclusiva.

Fonte: Elaborado com base em Vicente (2020).

O quadro acima evidencia que as disputas sobre gênero e sexualidade não se limitam ao campo normativo, mas reverberam no cotidiano escolar, afetando diretamente as condições em que meninos podem ou não atuar como aliados. Assim, o debate sobre

gênero e sexualidade na educação brasileira, longe de ser recente, revela-se atravessado por tensões permanentes entre avanços em prol da inclusão e resistências de cunho conservador.

Contudo, não se pode negar que, em governos de orientação progressista, o Ministério da Educação desenvolveu programas e políticas voltados à promoção da diversidade, à prevenção da violência escolar e à garantia de direitos de estudantes LGBTQIAPN+. Esses esforços representam tentativas de enfrentar o conservadorismo institucionalizado e criar espaços escolares mais seguros e inclusivos, ainda que sua implementação tenha sofrido resistência de diversos setores. A seguir, sistematizamos os principais programas e ações educacionais desenvolvidos pelo MEC nesse período, destacando objetivos, abrangência e desafios enfrentados.

QUADRO 2: Sistematização de ações do MEC para prevenção da violência escolar e promoção da inclusão LGBTQIAPN+

Ano	Programa/Política	Objetivos principais	Contexto / Observações
2004	Programa Brasil Sem Homofobia	-Promover cidadania e direitos humanos da população LGBTQIAPN+; -Combater discriminação e violência escolar.	Primeira tentativa de enfrentar o conservadorismo no ambiente escolar; Implementação limitada em muitas redes.
2006	Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE)	-Ações conjuntas entre Saúde e Educação para prevenção de DST/HIV e promoção da saúde sexual e reprodutiva entre adolescentes.	-Enfrentou resistência de grupos conservadores; -Atenção parcial à diversidade sexual.
2008	Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE)	-Formação continuada de professores para trabalhar gênero, sexualidade e diversidade.	-Impacto restrito a redes específicas; -Discussão sobre gênero gerou críticas de setores conservadores.
2011	Projeto Escola sem Homofobia	-Produção de materiais pedagógicos inclusivos; -Prevenção da homofobia na escola.	-Suspendido após forte pressão política e religiosa; -Simboliza o embate entre iniciativas progressistas e conservadorismo.
2014	PNE – Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014)	-Diretrizes para universalização da educação, promoção da igualdade e respeito à diversidade.	-Termos “gênero” e “sexualidade” retirados após disputas no Congresso; -Exemplo da tensão entre políticas progressistas e pressão conservadora.
2018	BNCC – Base Nacional Comum Curricular (Ensino Médio)	-Reconhecimento da diversidade cultural e social; -Competências ligadas ao respeito às diferenças.	-Menção indireta à população LGBTQIAPN+; -Implementação depende da interpretação de redes e escolas, sujeita à censura conservadora.

2020	Programa Saúde na Escola (PSE) – atualizações	-Ampliação de ações de saúde e prevenção, incluindo violência, gravidez precoce, ISTs.	-Temática LGBTQIAPN+ não é foco explícito; -Atuação local pode favorecer inclusão ou exclusão.
2022	Novo Ensino Médio – Reformulação curricular	-Flexibilidade curricular e competências socioemocionais; -Incentivo à formação integral.	-Inserção de gênero e sexualidade ainda limitada; -Risco de invisibilização das pautas progressistas.

Fonte: Elaboração própria (2025).

O fato é que a exclusão dos descritores gênero e diversidade sexual nos documentos oficiais, como a BNCC e o Novo Ensino Médio evidencia um projeto político que reforça a exclusão e a violência contra corpos transgressores da norma heteronormativa (Anderson Evangelista; Rafael Gonçalves, 2020). Ao analisar, a base nacional, observamos omissões importantes, tornando-se insuficiente para orientar concretamente a prática contra o bullying homofóbico. Não há diretrizes claras de formação continuada que preparem professores para atuar de modo crítico e solidário com diversidade sexual e de gênero, também encontra-se a ausência de protocolos e ações específicas para intervenção em casos de violência ou discriminação homofóbica nas escolas, e sobretudo, a falta de materiais didáticos e recursos pedagógicos adequados à pluralidade sexual e de gênero (Paula Calazans; Daniela Silva; Cláudio Nunes, 2021).

Ainda que a BNCC tenha incluído competências socioemocionais e orientações gerais para o respeito à diversidade, sua eficácia é limitada, pois deixa a cargo das escolas e professores a decisão sobre se e como inserir essas temáticas nos currículos. Embora algumas redes e escolas tenham desenvolvido programas de prevenção à violência e promoção da inclusão, essas experiências coexistem com contextos em que as questões de gênero e sexualidade quase sempre são ignoradas ou minimizadas, corroborando a persistência de barreiras culturais, ideológicas e institucionais.

Ademais, pressões conservadoras e debates sobre a chamada “ideologia de gênero” continuam a restringir a discussão aberta sobre essas temáticas, resultando em um cenário desigual e dependente do engajamento individual de professores e gestores. Dessa forma, ainda que existam condições para avanços, a implementação prática permanece fragmentada, com cada escola ou professor atuando isoladamente, sem a consolidação de políticas nacionais robustas que garantam a efetividade dessas práticas.

Diante disso, em vez de pensar em um ambiente com redução progressiva dos preconceitos - um horizonte desejável, mas difícil de atingir, é mais produtivo refletir

sobre as estratégias práticas que meninos aliados, professores e gestores podem adotar para reduzir episódios de violência e ampliar a inclusão, uma vez que sua implementação ainda apresenta lacunas significativas, seja pela autonomia interpretativa das escolas ou por persistência de barreiras culturais e pressões conservadoras. Essa insuficiência evidencia a necessidade de olhar para outras instâncias de atuação dentro do ambiente escolar, como as estratégias e ações desenvolvidas por estudantes aliados, especialmente meninos, no combate ao bullying homofóbico.

Na próxima seção, portanto, serão exploradas essas práticas, analisando como a atuação desses jovens pode contribuir para a construção de espaços escolares mais inclusivos e seguros, complementando o que ainda não foi plenamente garantido pelos documentos oficiais.

Do currículo às práticas: atuação de estudantes aliados frente à violência homofóbica

A dinâmica de exclusão entre meninos no ambiente escolar frequentemente se manifesta como uma estratégia para reforçar o pertencimento ao grupo. Comportamentos homofóbicos, zombarias e a marginalização de colegas que se desviam das normas de gênero acabam sendo reproduzidos como forma de afirmação da identidade dentro do grupo social. Aparecido Francisco dos Reis e Gabriel Zamian de Carvalho (2014), demonstram que ofensas verbais também são utilizados não somente por heterossexuais para ofender diretamente a indivíduos de sexualidades consideradas desviantes, mas são reproduzidos por indivíduos das diferentes sexualidades e identidades de gênero como um meio para ofender de algum modo ao outro, remetendo à ideia da homossexualidade ou do comportamento feminino como uma característica depreciativa.

Sem sombra de dúvidas, o bullying homofóbico traz graves consequências para os alunos que o enfrentam. Entre os impactos estão traumas psicológicos severos, como depressão, síndrome do pânico e até o risco de suicídio. Além disso, esse tipo de violência causa sofrimento emocional e dor psíquica que destroem a esperança de uma vida digna, gerando dúvidas sobre as próprias potencialidades dos jovens. Também afeta negativamente as relações interpessoais, fazendo com que a vítima se torne mais reclusa. No ambiente escolar, o bullying homofóbico provoca desinteresse pelas atividades, desmotivação e queda no rendimento, fatores que aumentam a probabilidade de fracasso, abandono e evasão escolar (Karen Ferreira; Isaias Oliveira Junior; Ieda Higarashi, 2024).

Embora a literatura sobre bullying homofóbico tenha avançado significativamente, ainda existem lacunas importantes. A maior parte dos estudos concentra-se nas vítimas, nos impactos da violência e nas barreiras institucionais, mas pouco se debruça sobre a ação direta de meninos aliados, tanto heterossexuais quanto LGBTQIAPN+, e sobre como suas estratégias podem efetivamente transformar o ambiente escolar. Poucos trabalhos investigam de forma sistemática quais comportamentos aliados são mais eficazes, sob quais condições e como a atuação coletiva da escola e de professores potencializa esses efeitos.

Além disso, há uma lacuna na análise dos padrões de masculinidade e de relações de poder que influenciam a disposição dos meninos em se posicionar contra a homofobia. Ou seja, mesmo quando se reconhece a necessidade de promover aliados, raramente se explora como normas de gênero, pressões sociais e estruturas institucionais condicionam suas ações. Essa ausência evidencia a necessidade de estudos que articulem o papel do aliado com políticas escolares, formação docente e redes de apoio externas, permitindo compreender de forma mais abrangente e estratégica os mecanismos de enfrentamento da violência homofóbica.

No entanto, ainda que sejam escassas, algumas pesquisas e relatos apontam que alguns meninos conseguem romper esse padrão, assumindo posições de aliados e promovendo atitudes inclusivas. Maria Cavaleiro (2009), em sua pesquisa realizada em uma escola pública estadual de ensino médio na cidade de São Paulo apontou que alguns meninos manifestaram apoio aos colegas vítimas de homofobia na escola, a partir da defesa direta dos colegas vítima e confrontação dos agressores (intervenção direta), oferta de suporte emocional, como acolhimento e conversar com a vítima, para diminuir seu isolamento.

Nesse sentido, para fins analíticos, o conceito de menino aliado neste estudo pode ser compreendido como aquele estudante que, mesmo não sendo alvo direto de bullying homofóbico, atua ativamente na defesa de colegas e na promoção de um ambiente escolar inclusivo. Para tornar esse conceito mais objetivo, elaborou-se o Quadro 3, que operacionaliza a noção de 'menino aliado' em quatro dimensões principais: intervenção direta, suporte emocional, mobilização coletiva e exemplo relacional. Cada dimensão está associada a comportamentos observáveis e a sinais de impacto, permitindo identificar como essa atuação se manifesta no cotidiano escolar e quais efeitos pode produzir.

QUADRO 3:Operacionalização do conceito de “menino aliado”

Dimensão de atuação	Comportamentos observáveis	Sinais de impacto/eficácia
Intervenção direta	<ul style="list-style-type: none"> - Interrompe ou confronta verbalmente práticas de bullying. - Defende colegas vítimas diante de ofensas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da frequência do episódio em andamento. - Reconhecimento da intervenção por pares ou professores.
Suporte emocional	<ul style="list-style-type: none"> - Oferece acolhimento à vítima após episódios de violência. - Reforça positivamente a autoestima do colega. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatos de maior bem-estar por parte da vítima - Criação de vínculos de confiança.
Mobilização coletiva	<ul style="list-style-type: none"> - Engaja-se em projetos, campanhas ou rodas de conversa sobre diversidade. - Propõe ações de conscientização entre pares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação ativa em iniciativas escolares. - Multiplicação de discursos de respeito no grupo de colegas.
Exemplo relacional	<ul style="list-style-type: none"> - Rejeita piadas ou comentários homofóbicos em interações cotidianas. - Assume publicamente postura de respeito à diversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mudança gradual no clima do grupo (menor tolerância à homofobia). - Reforço positivo por parte da comunidade escolar.

Fonte: Elaboração própria.

Contudo, para que um menino atue como aliado na prevenção do bullying homofóbico, é preciso considerar que existem barreiras e fatores contextuais que podem dificultar sua participação e manifestação de apoio. Fernanda Kropeniski e Maria Costa (2013) demonstram que uma das principais barreiras está no campo religioso, com alguns alunos expressando opiniões baseadas em crenças que dificultam o diálogo e a desconstrução do preconceito. Além disso, o medo social de “parecer homossexual” e a necessidade de manutenção da masculinidade hegemônica dificultam a manifestação de apoio e a atuação como aliado entre os meninos (Kropeniski; Costa, 2013).

A escola e a sociedade podem reproduzir preconceitos que dificultam a construção de ambientes inclusivos (Adriana Bernardes, 2015; Cavaleiro, 2009). Nesse contexto, a omissão e o silêncio institucional funcionam como formas de conivência com a discriminação, comprometendo a criação e implementação de estratégias de apoio (Thenessi Matta et al., 2021). Além disso, Cavaleiro (2009) destaca a ausência de referências positivas como um fator limitante; embora essa situação tenha melhorado ao longo do tempo, ainda há avanços a serem feitos.

O fato é que para enfrentar o bullying homofóbico de forma eficaz, meninos aliados podem adotar uma série de estratégias que atuam em diferentes níveis: da intervenção direta com colegas à transformação do ambiente escolar e cultural. O quadro a seguir organiza essas ações em categorias principais, destacando como cada uma contribui para a proteção das vítimas, a promoção de respeito e a construção de uma cultura inclusiva. Dessa forma, é possível visualizar de maneira clara e integrada as

formas de atuação que fortalecem alianças e reduzem a violência homofóbica no ambiente escolar.

QUADRO 4: Estratégias de meninos aliados contra o bullying homofóbico

Categoria	Exemplos de Estratégias
Políticas e Programas Institucionais	-Implementar políticas públicas escolares sobre gênero e sexualidade; -Criar programas de apoio a vítimas de bullying LGBTfóbico; -Promover alianças entre estudantes gays e heterossexuais.
Capacitação e Formação	-Treinar professores e funcionários para lidar com homofobia; -Evitar segregação de gênero; -Desenvolver habilidades para confrontar agressões e apoiar vítimas.
Inclusão Curricular e Educação	-Inserir temas de diversidade sexual e de gênero no currículo; -Promover debates e educação inclusiva; -Incentivar múltiplos diálogos e direito ao respeito.
Suporte e Acolhimento	-Oferecer suporte informativo e grupos de apoio; -Acolher emocionalmente vítimas de bullying; -Conversar e sustentar a vítima para reduzir isolamento e sofrimento.
Mobilização e Parcerias	-Formar redes de aliados entre estudantes; -Engajar professores e equipe escolar em iniciativas educativas; -Promover campanhas e projetos inclusivos, mesmo diante de dificuldades institucionais.
Ações Afirmativas e Preventivas	-Encorajar defesa do colega e confrontação do agressor; -Desenvolver estratégias educativas que enfrentem desafios estruturais; - Incentivar ambientes seguros que reduzam riscos à saúde mental e evasão escolar.

Fonte: Elaborado com base em Kropeniski e Costa (2013); Matta et al. (2021); Albuquerque e Williams (2015); Junior & Teixeira (2024); Hundertmarck et al. (2021); Cavaleiro (2009).

Essas estratégias, embora variadas, só ganham eficácia quando articuladas a políticas escolares mais amplas e ao engajamento coletivo da comunidade educativa. Embora ações de meninos aliados sejam fundamentais, a literatura existente evidencia que sua efetividade depende diretamente do engajamento coletivo da escola. Professores, equipe pedagógica e a própria comunidade escolar precisam participar ativamente, criando políticas, programas e ambientes que sustentem estas práticas. Sem essa articulação institucional, mesmo atitudes individuais de apoio podem se tornar isoladas e pouco eficazes (Cavaleiro, 2009; Matta et al., 2021).

Diante das análises realizadas e da prática docente pessoal, torna-se necessário traduzir as reflexões teóricas e normativas em ações concretas que possam orientar a prática pedagógica. Para facilitar essa aplicação no cotidiano escolar, organizamos a seguir um conjunto de recomendações direcionadas a professores e gestores, agrupadas em três dimensões principais: intervenção em sala de aula, formação continuada de professores e protocolos de acolhimento. Essas orientações estão sintetizadas no Quadro 5.

QUADRO 5: Recomendações práticas para enfrentamento ao bullying homofóbico

Dimensão	Recomendações práticas
Intervenção em sala de aula	<ul style="list-style-type: none"> - Interromper imediatamente situações de bullying, nomeando a prática e explicando sua inaceitabilidade. - Estimular a reflexão coletiva: <i>“Como você se sentiria se fosse alvo desse comentário?”</i> - Valorizar e legitimar atitudes de defesa, reconhecendo publicamente essas ações.
Formação continuada de professores	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver compreensão crítica das masculinidades e do papel dos meninos aliados. - Trabalhar diversidade sexual e de gênero nos componentes curriculares, em diálogo com a BNCC. - Estudar casos reais de bullying homofóbico, analisando intervenções imediatas e acompanhamentos.
Acolhimento a vítimas e aliados	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir escuta qualificada às vítimas. - Estabelecer rede de apoio entre professores, equipe pedagógica e familiares. - Criar espaços de valorização dos aliados, como rodas de conversa e projetos de protagonismo juvenil.

Fonte: Elaboração própria.

Acreditamos que tais recomendações podem ajudar a transformar o debate teórico em práticas cotidianas de prevenção e enfrentamento ao bullying homofóbico. Embora não eliminem por completo as tensões e resistências presentes no cotidiano escolar, elas representam passos concretos para fortalecer vínculos, ampliar a valorização da diversidade e reduzir a reprodução de padrões excludentes. Essas recomendações não devem ser vistas como soluções definitivas, mas possíveis caminhos iniciais para transformar resistências em oportunidades pedagógicas.

Para além do espaço escolar, diversas organizações não-governamentais e iniciativas comunitárias têm se dedicado a enfrentar o bullying homofóbico e a promover a inclusão de jovens LGBTQIAPN+. No Brasil, destaca-se o Instituto Promundo – Programa H que visa engajar homens jovens em reflexões críticas sobre normas rígidas relacionadas à masculinidade. Através de atividades educacionais em grupo e campanhas comunitárias, o programa busca promover mudanças significativas nos comportamentos dos jovens homens, incluindo a redução de atitudes homofóbicas.

Internacionalmente, além da ILGA Portugal, destacam-se iniciativas como a GLSEN nos Estados Unidos, que promove pesquisas, programas de apoio a estudantes e campanhas de conscientização para tornar escolas seguras, e a Stonewall no Reino Unido, que oferece recursos educativos e políticas de combate à homofobia em diferentes contextos institucionais. Esses exemplos evidenciam que a construção de ambientes inclusivos depende de esforços articulados tanto no âmbito escolar quanto na sociedade

civil, fortalecendo redes de apoio e ações educativas que vão além do espaço da sala de aula.

Considerações Finais

Neste artigo percebemos que enfrentamento ao bullying homofóbico nas escolas exige compreender como as construções de masculinidade, atravessadas por machismo e homofobia, influenciam práticas cotidianas e produzem hierarquias de gênero. Nesse contexto, a figura dos meninos aliados se mostra fundamental, pois representa uma forma de resistência às normas excludentes e uma possibilidade de transformação da cultura escolar.

O estudo permitiu identificar que, embora documentos normativos como a BNCC apontem para a valorização da diversidade, a implementação prática ainda enfrenta resistências, sobretudo diante de discursos conservadores que buscam invisibilizar questões de gênero e sexualidade. Assim, a atuação de professores, gestores e alunos aliados torna-se central para construir espaços mais inclusivos e seguros.

Destacar o papel dos meninos aliados contribui para ampliar o debate acadêmico, sobretudo no campo dos estudos sobre masculinidades na educação, além de oferecer possíveis caminhos de intervenção pedagógica. Reconhecer, apoiar e valorizar essas atitudes constitui uma estratégia fundamental para reduzir episódios de violência, fortalecer relações de solidariedade e favorecer a permanência escolar de estudantes que sofrem discriminação.

Por se tratar de uma pesquisa de natureza bibliográfica, o estudo apresenta como limitação a ausência de dados empíricos mais detalhados sobre a atuação de meninos aliados em contextos escolares específicos. Futuras investigações podem recorrer a metodologias qualitativas, como entrevistas, observações etnográficas e estudos de caso, para aprofundar a compreensão desse fenômeno.

Conclui-se, portanto, que combater o bullying homofóbico não é somente uma questão de disciplina escolar, mas um processo pedagógico, ético e político que requer engajamento coletivo. Ao valorizar os meninos aliados, a escola pode assumir um papel ativo na desconstrução de estereótipos e na promoção do respeito. Ainda que a consolidação de uma educação plenamente inclusiva permaneça como horizonte em disputa e constantemente tensionado por resistências, reconhecer e fortalecer esses aliados mostra-se uma estratégia concreta para reduzir episódios de violência e ampliar a

permanência escolar. Nesse sentido, o enfrentamento à exclusão e à homofobia no espaço escolar só será efetivo quando se consolidar como responsabilidade compartilhada por toda a comunidade educativa – e também fora dela.

Referências

- ALMEIDA, Kathia Susana. A Interdisciplinaridade no Currículo Escolar e sua Influência na Formação Escolar. *Periódicos LATTICE*, v. 1, n. 2, 2024.
- ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. *Temas em Psicologia*, v. 23, n. 3, p. 663-676, 2015.
- ASSOCIAÇÃO ILGA PORTUGAL**. ILGA Portugal – Associação para a Promoção dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo. Site oficial. Disponível em: <https://ilga-portugal.pt/>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- ANTÓNIO, Raquel et al. Bullying homofóbico no contexto escolar em Portugal. *Psicologia*, v. 26, n. 1, p. 17-32, 2012.
- BERNARDES, Adriana Oliveira. Homofobia na escola: relatos de alunos do ensino médio. *Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora*, 2023.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALAZANS, Di Paula Prado; SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; NUNES, Cláudio Pinto. Desafios e controvérsias da Base Nacional Comum Curricular: a diversidade em questão. *Revista e-Curriculum*, v. 19, n. 4, p. 1650-1675, 2021.
- CARVALHO, Gabriel Zamian; DOS REIS, Aparecido Francisco. Homofobia e sexualidade: a agressividade do “palavrão” como forma de manifestação do bullying no ambiente escolar. *Interfaces da Educação*, v. 5, n. 13, p. 194-207, 2015.
- CAVALEIRO, Maria Cristina. **Feminilidades homossexuais no ambiente escolar: ocultamentos e discriminações vividas por garotas**. 2009. 217f Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 01, p. 241-282, 2013.
- COUTINHO, Karen de Azevedo; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; OLIVEIRA JÚNIOR, Isaías Batista de. Homophobic bullying and religiosity: social representations of Pedagogy Course academics. *Série-Estudos*, v. 27, n. 60, p. 83-103, 2022.
- EVANGELISTA, Anderson Pereira; GONÇALVES, Rafael Marques. Gênero e diversidade sexual na base nacional comum curricular: descritores ausentes que tornam abjetos os corpos transgressores da norma. *Revista Exitus*, v. 10, 2020.

FERREIRA, Diego Raone; OLIVEIRA JUNIOR, Isaías Batista de; HIGARASHI, Ieda Harumi. “Eu não sei como eu tenho força pra vir na escola”: manifestações e implicações do bullying entre adolescentes escolares. **Saúde e Sociedade**, v. 33, p. e220692pt, 2024.

FERREIRA, Izabela Tereza Batista. **Desvendando o Léxico do Pajubá, a gíria do grupo LGBTQIAPN+ do Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás UEG, Unidade Universitária de Porangatu/GO - como requisito para obtenção do título grau de Licenciatura em Letras Português/Inglês. Orientador: Prof. Dr. Huéinton Cassiano Riva. Porangatu – Go, Fev/2023.

FONSECA, Michele Pereira de Souza; SILVA, Samara Oliveira; MOREIRA, Fabille Mara Assumpção. “Não há masculinidade no singular, somente no plural”: percepções iniciais a partir do ciclo de cinema e diversidade. **O Social em Questão**, v. 1, n. 55, p. 107-130, 2023.

FRADE, Pedro. **O que é ser uma pessoa aliada à população LGBTQIA?** Inconformidades, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://inconformidades.com/maturidade/precisamos-de-mais-pessoas-aliadas/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

GAMA, Mailson Moreira dos Santos. Estratégias de enfrentamento ao bullying homofóbico no ambiente escolar. **Revista Educação em Contexto**, v. 4, n. 1, p. 209-217, 2025.

GENDERS & SEXUALITIES ALLIANCE NETWORK. GSA Network – Empowering youth-led GSA clubs for safer schools and racial and gender justice. Site oficial. Disponível em: <https://gsanetwork.org/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

GUEIROS, Jorge Edilson Costa; BRASILINO, Jullyane Chagas Barboza. Educação e masculinidades: a escola como território de (re) produção de sentidos sobre gênero. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 23, n. 4, p. 174, 2025.

HUNDERTMARCK, Katiele et al. Educação para a sexualidade na perspectiva da inclusão de gêneros e sexualidades: o que se tem produzido nas ciências da saúde? In: **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências**. Volume 2. [S. l.: s. n.], p. 389-402, 2021.

INSTITUTO PROMUNDO. Institucional – Instituto Promundo. Site oficial. Disponível em: <https://promundo.org.br/institucional/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

JUNIOR, Marcus Vinicius de Paula Pereira; TEIXEIRA, Filomena; RODRIGUES, Ana Valente. Formação de Professores/as e Percepções sobre Gênero e Sexualidade no Contexto Escolar. **Dialogia**, n. 49, p. e25433-e25433, 2024.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes antropológicos**, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

KROPENISCKI, Fernanda Battagli; COSTA, Maria Regina Ferreira da. Homofobia mascarada: reflexões sobre discursos estudantis. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, 2013.

MATTA, Thenessi Freitas et al. Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do ensino médio do município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00330820, 2021.

PEREIRA, Gilmar Ribeiro; CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. A diversidade das relações étnico-raciais e o currículo escolar: algumas reflexões. **Interfaces da educação**, v. 5, n. 14, p. 07-22, 2015.

POTEAT, V. Paul; ESPELAGE, Dorothy L. Exploring the relation between bullying and homophobic verbal content: the homophobic content agent target (HCAT) scale. **Violence & Victims**, v. 20, n. 5, 2005.

SANTOS, Hugo; SILVA, Sofia Marques; MENEZES, Isabel. Para uma visão complexa do bullying homofóbico: desocultando o cotidiano da homofobia nas escolas. **Ex aequo, Lisboa**, v. 36, p. 117-132, 2017.

SASSO, Wesley Carvalho et al. **Masculinidades plurais**: um estudo sobre homens dissidentes de gênero e sexualidade no projeto “Chicos”. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2018.

SILVA, Caio Samuel Franciscati da; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. RIAEE – **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, jul. 2019.

SILVA, Elder Luan dos Santos. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. **História, histórias**, v. 8, n. 16, p. 143-169, 2020.

SOUZA, Jackeline Maria de. **Bullying: Uma das faces do preconceito homofóbico entre jovens no contexto escolar**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2013.

VON SMIGAY, Karin Ellen. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em revista**, v. 8, n. 11, p. 32-46, 2002.

VICENTE, André Luiz Coutinho. Ideologia de gênero versus educação para a diversidade: embates entre o conservadorismo e a resistência da população LGBT+QIA+. **Diversidade e Educação**, v. 8, n. 2, p. 364-389, 2020.

Recebido em agosto de 2025.

Aprovado em setembro de 2025.